

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.859 - RS (2019/0300264-3)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : RICARDO DE OLIVEIRA PINTO
ADVOGADO : RICARDO DE OLIVEIRA PINTO - RS085736
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : GABRIEL BANDEIRA DA SILVEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de GABRIEL BANDEIRA DA SILVEIRA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (ReSE n. 70082474933).

Segundo consta dos autos, o paciente foi preso em flagrante, no dia 26/5/2019 (prisão convertida em preventiva), pela suposta prática do crime previsto no art. 33 da Lei n. 11.343/2006 porque foi surpreendido na posse de **0,8g de maconha e 28,1g de crack** (e-STJ fls. 52 e 53).

Consta ainda que o paciente foi beneficiado com a liberdade provisória, mediante compromisso de comparecimento a todos os atos processuais e manutenção de endereço atualizado (e-STJ fl. 47), dando ensejo ao Recurso em Sentido Estrito interposto pelo *Parquet*, o qual foi provido para decretar a prisão do paciente, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 56):

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. LIBERDADE PROVISÓRIA. RISCO CONCRETO À ORDEM PÚBLICA.

Cuidando-se o tráfico de drogas de crime grave, a repercussão social dele decorrente, quer no âmbito da saúde pública, quer na esfera da criminalidade potencializada pelo uso e pelo comércio de substâncias entorpecentes está a evidenciar concreto risco à ordem pública a tornar necessária a prisão preventiva e obstar a aplicação das medidas cautelares a que alude o art. 319 do Código de Processo Penal.

Tendo a prisão preventiva natureza processual, mostrando-se diversa, portanto, daquela decorrente de decisão condenatória, revela-se anódina, em se tratando de segregação cautelar, discussão acerca da pena a ser imposta a final, afigurando-se

Superior Tribunal de Justiça

irrelevante a circunstância de mostrar-se possível, em futura condenação, aplicação da minorante prevista no art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343/2006, imposição de regime prisional diverso do fechado e, até mesmo, substituição da sanção carcerária por restritiva de direitos.

Recorrido preso em flagrante, em decorrência de abordagem policial de rotina em que resultou na apreensão de expressiva quantidade de drogas diversas (vinte e cinco pedras de crack, uma pedra maior de crack e uma porção de maconha), além de celulares e importância em dinheiro fracionado.

Condições pessoais favoráveis não têm o condão de, isoladamente, afastarem a prisão cautelar, com o que o fato de ser o recorrido primário em nada obsta sua segregação cautelar.

PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA.

RECURSO PROVIDO.

Na presente oportunidade, a defesa alega que o termo utilizado pelo Tribunal *a quo*: "*expressiva quantidade de drogas diversas*" (e-STJ fl. 5) não condiz com a realidade dos fatos, ao argumento de que foram apreendidas 0,8g de maconha, o que não daria um cigarro completo e a quantidade total de *crack* não ultrapassaria 20g, não havendo que se falar em expressiva quantidade.

No mais, sustenta a ilegalidade da segregação cautelar, sublinhando que o paciente é primário, possui residência e trabalho fixos e nunca respondeu a processos criminais. Ainda, assevera que haviam se passado quase 4 meses desde que foi deferido o direito de o paciente responder em liberdade pelo Magistrado de primeiro grau, sem que tivesse se envolvido em novos delitos.

Diante disso, pede, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para restituir a liberdade do paciente e, subsidiariamente, a substituição da prisão preventiva por medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP.

É o relatório, **decido**.

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como

Superior Tribunal de Justiça

em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

Em um juízo de cognição sumária, **não visualizo** manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

No caso, ao que parece, o Tribunal entendeu haver elementos suficientes para a segregação cautelar, motivo pelo qual decretou a prisão, como se verifica do trecho a seguir (e-STJ fl. 59, grifei):

(...)

Aliás, no caso vertente, considerando que, por ocasião da abordagem policial, houve a apreensão de considerável quantidade e variedade de drogas (vinte e cinco pedras de crack, pesando vinte e cinco gramas, uma porção de maconha, pesando oito gramas e uma pedra de crack maior, pesando doze, cinquenta gramas), bem assim de aparelhos de celular e de numerário fracionado, consistente em R\$ 220,00 (duzentos e vinte um reais), em poder do recorrido, a apontar a prática da traficância, resulta reforçada a necessidade da prisão, sem o que não estará resguardada a ordem pública.

Vale lembrar que "A quantidade, a natureza ou a diversidade dos entorpecentes apreendidos podem servir de fundamento para decretação da prisão preventiva" (RHC n. 61.112/SP, Relator Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, julgado em 22/9/2015, Publicado em 1º/10/2015; RHC n. 60.962/MG, Relator Ministro NEFI CORDEIRO, Sexta Turma, julgado em 25/8/2015, Publicado em 15/9/2015).

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para se aferir a existência de constrangimento ilegal, valendo ressaltar que o pedido liminar se confunde com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus* pelo colegiado da Quinta Turma.

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

